



PODER JUDICIÁRIO  
**SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**  
PRSTM/SEP/SGEST/SPLAM

**ATA DA 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE), EM 07 DE JULHO DE 2025**

Aos sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas e vinte e seis minutos, realizou-se a primeira Reunião de Análise da Estratégia (RAE) de 2025, com o objetivo de apresentar a situação atual da Carteira de Projetos Estratégicos (CPE) da Justiça Militar da União (JMU) e tratar do andamento das metas nacionais e específicas do Poder Judiciário.

Presentes a Ministra-Presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Guimarães Rocha; a Coordenadora do Comitê de Governança e Relações Internacionais e Juíza Auxiliar da Presidência, Dra. Bárbara Livio; o Secretário de Governança e Gestão Estratégica, Adalberto Sanches; a Chefe da Unidade de Apoio Especializado - Estatística, Caroline Mendes de Assis; a Coordenadora de Estratégia e Processos, Ingrid Vellenich; e o Chefe da Seção de Planejamento e Monitoramento da Estratégia, Márcio Martins Bites Lôbo.

**PAUTA**

A reunião foi iniciada com as boas-vindas da Ministra-Presidente, que reforçou a importância do monitoramento contínuo da estratégia institucional. Em seguida, o Secretário de Governança e Gestão Estratégica apresentou a pauta da reunião, estruturada em três eixos principais: (i) atualização da Carteira de Projetos Estratégicos (CPE); (ii) revisão da Estratégia Nacional do Poder Judiciário; (iii) acompanhamento das metas nacionais e específicas do Judiciário e seus impactos no Prêmio CNJ de Qualidade.

**DELIBERAÇÕES**

A Juíza Auxiliar apresentou a situação da CPE, atualmente composta por 13 projetos estratégicos. Foi registrado o encerramento dos projetos "SEI 5 Anos", "Redesenha JMU" e "JMU + Transparente". Na sequência, a Ministra-Presidente determinou que todas as datas e prazos para fins de controle de premiação do Ranking da Transparência do CNJ e do Prêmio CNJ de Qualidade ficassem a cargo da Secretária de Governança e Gestão Estratégica (SGEST), para facilitar o acompanhamento e controle.

i) Em seguida, foram detalhados os projetos em andamento:

1. Sistema de Custos da JMU

Sob responsabilidade da Assessoria de Contabilidade (ACONT), já se encontra com cerca de 70% de execução. Foi ressaltada a importância do sistema, tendo em vista a necessidade de conhecer precisamente os custos processuais e administrativos da JMU.

2. Gestão de Riscos

Com metodologia de gestão de riscos desenvolvida e aplicada nas Auditorias, o projeto alcançou aproximadamente 68% de execução. Destacou-se a necessidade de criação de estratégias institucionais para estimular o envolvimento dos magistrados e magistradas na governança administrativa, criando um “braço estratégico” para gestão de riscos voltado especificamente à atuação judicial e administrativa na primeira instância.

### 3. Gestão de Aquisições

Por deliberação da Ministra-Presidente, a gerência do projeto, que atualmente encontra-se com o Coordenador de Desenvolvimento de Soluções Corporativas, Danilo Bontempo, retorna à Coordenadora de Planejamento e Acompanhamento das Contratações, Allana Carolina Cardoso Lima. O projeto conta com a aquisição de um sistema automatizado para acompanhamento e fiscalização de contratos, o ContratosGov, no entanto, a ideia é desenvolver solução tecnológica interna.

### 4. Projeto Simplifica JMU

O projeto segue sob responsabilidade da Comissão Alusiva ao Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, presidida pelo Ministro Lourival Carvalho Silva. Foi destacado o progresso nas ações e o bom relacionamento institucional com a Comissão. A Ministra-Presidente reforçou a necessidade do alinhamento técnico do projeto com a Comissão temática da JMU e a disponibilidade de coordenação entre as partes.

### 5. Novo Portal da JMU + Identidade Visual

O projeto abrange reformulação da internet e intranet do Tribunal, com ênfase na usabilidade para o cidadão. O Secretário da SGEST comunicou aos presentes que no mês de junho de 2025 o andamento do projeto foi apresentado ao Presidente do Comitê de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação (CGovTIC), Ministro Artur Vidigal, informando que a parte da internet está em fase de homologação e que logo deve ser apresentada a Ministra-Presidente. A Ministra-Presidente ressaltou a importância de um portal amigável e acessível à sociedade, reforçando a transparência ativa. A entrega da nova versão do Portal Internet está prevista para o final de julho de 2025.

### 6. Projeto de Segurança da Informação

O Secretário da SGEST informou que na reunião do CGovTIC foi apresentado os avanços do projeto e plano de ação para a segurança cibernética. No entanto, foi sugerida à Ministra-Presidente a divisão do projeto em três ou mais subprojetos com escopos específicos e assim facilitar o acompanhamento dos avanços e mitigar a falta de visibilidade nos percentuais de progresso. A proposta visa tornar o projeto mais pragmático e compatível com a natureza contínua das ameaças e ataques cibernéticos. Dessa forma, a proposta foi aprovada pela Ministra-Presidente.

### 7. Saneamento da Base Patrimonial

Ainda em fase de planejamento, está sob responsabilidade da DIRAD. Foi classificado como projeto sensível, demandando construção de soluções técnicas que garantam o saneamento de inconsistências do

patrimônio nas Auditorias e no STM.

## 8. Restauração do Acervo Histórico

Destinado à restauração do acervo histórico da JMU com foco na preservação de documentos físicos com valor histórico. O projeto encontra-se suspenso (sobrestado) em função da mudança do prédio que armazenava os documentos. A retomada depende da alocação de novo espaço físico apropriado.

## 9. Governança Institucional

Projeto que visa à implantação do sistema de governança institucional da JMU, com o objetivo de garantir uma atuação coordenada, eficiente e transparente, alinhada às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Nesse sentido, devido à transversalidade das atividades desenvolvidas pela instituição, o projeto exigirá o envolvimento integrado de áreas estratégicas, que desempenham papéis fundamentais para a boa governança, como orçamento, gestão de pessoas, tecnologia da informação, gestão de riscos, gestão estratégica e, principalmente, a área judicial. Dessa forma, a Ministra-Presidente definiu o projeto como prioritário, o que implica na alocação de recursos orçamentários e na atribuição de prioridade nos processos de contratação necessários à sua execução.

### ii) Revisão da Estratégia Nacional do Poder Judiciário

Foi relatada a participação ativa da JMU na revisão da Estratégia Nacional do Poder Judiciário coordenada pelo CNJ. A Dr<sup>a</sup>. Bárbara Livio destacou as discussões relacionadas à proposta de missão do Poder Judiciário no sentido de ser um poder pacificador de conflitos, abrindo o diálogo para ampliação da atuação da Justiça Militar. A proposta de manter os conceitos de ética e integridade como elementos centrais foi defendida junto ao grupo de trabalho.

### iii) Andamento das metas nacionais e específicas do Judiciário e impacto no Prêmio CNJ de Qualidade.

Inicialmente, o Secretário da SGEST destacou a importância do monitoramento estatístico dos processos e dos prazos para garantir o atendimento aos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade, cujo ciclo de apuração se estende de agosto de um ano a julho do ano seguinte. Dessa forma, foi acordado que, a partir de agosto de 2025, a SGEST encaminhará à Comissão Estratégica do Prêmio CNJ de Qualidade no âmbito da JMU relatórios de processos e inconsistências que afetem a pontuação de 2026.

Na sequência, a Chefe da Unidade de Apoio Especializado - Estatística (UESTA), Caroline Mendes de Assis, apresentou a situação atual e a evolução das metas nacionais e específicas da JMU, conforme apresentação 4444597, destacando a implementação de "tags" no sistema E-Proc para identificar processos relacionados às metas e indicadores do CNJ.

### iv) Automatização do Sistema de Recursos Humanos

Definiu-se a criação de um novo Projeto Estratégico relativo à

automatização do Sistema de Recursos Humanos, destacando que, apesar das ações já serem digitais, a otimização de fluxos de trabalho com utilização de técnicas de arquitetura de sistemas tende a aprimorar a eficiência e a eficácia administrativa institucional.

Por fim, foi informada à Ministra-Presidente as datas da 2ª Reunião Preparatória, 20 de agosto, e do 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário, 1º e 2 de dezembro na cidade de Florianópolis/SC.

Ao final, ressaltou-se a importância do monitoramento contínuo dos dados processuais, da atuação conjunta com os gabinetes e do alinhamento das ações com as diretrizes do CNJ, especialmente no que tange ao Prêmio CNJ de Qualidade.

Nada mais havendo a tratar, a Ministra-Presidente agradeceu a presença de todos, declarando a reunião encerrada às quinze horas e dez minutos.



Documento assinado eletronicamente por **BÁRBARA LIVIO, JUIZ AUXILIAR**, em 22/08/2025, às 18:27 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ADALBERTO SANCHES, SECRETÁRIO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**, em 25/08/2025, às 17:43 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **INGRID VELLENICH, COORDENADORA DE ESTRATÉGIA E PROCESSOS**, em 25/08/2025, às 18:22 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINE MENDES DE ASSIS, CHEFE DA UNIDADE DE APOIO ESPECIALIZADO - ESTATÍSTICA**, em 27/08/2025, às 16:35 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO MARTINS BITES LÔBO, CHEFE DA SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA**, em 27/08/2025, às 16:37 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA, MINISTRA-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, em 27/08/2025, às 16:49 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.stm.jus.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **4444555** e o código CRC **E1A7137E**.

4444555v65